



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO / DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
ESPECIALIZADOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Maia Moreira

AVANÇOS E ENTRAVES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS DISCURSOS DOS PROFESSORES

POLO CARIRI-CEARÁ

2012

Fernanda Maia Moreira

**AVANÇOS E ENTRAVES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS DISCURSOS DOS PROFESSORES**

Monografia submetida à coordenação do curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em Educação Infantil, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista sob a orientação da Prof.^a Ms. Camila Barreto Silva.

POLO CARIRI-CEARÁ

2012

Fernanda Maia Moreira

**AVANÇOS E ENTRAVES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS DISCURSOS DOS PROFESSORES
DA SALA DE AEE**

Monografia submetida à coordenação do curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em Educação Infantil, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista sob a orientação da Prof.^a Ms. Camila Barreto Silva.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Ms. Camila Barreto Silva
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dra Geórgia Albuquerque de Toledo Pinto
Faculdades Integradas do Ceará

Prof.^a Ms. Katia Cristina Fernandes Farias
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir esta vitória; a minha família pelo incentivo aos professores que passaram pela minha vida e deram sua contribuição para minha formação;

A minha orientadora Ma. Camila Barreto Silva pela orientação constante, pelo incentivo, dedicação, confiança, amizade e, sobretudo, sua compreensão na orientação desta monografia.

A minha irmã Vanessa Maia pelo incentivo de todas as horas;

A coordenadora local do curso Iranir Ribeiro, e a secretária Valderlane Silva pelo carinho durante todo curso.

A Leoneide Valdevino, irmã Margareth pela disponibilidade em fornecer dados preciosos para a conclusão deste trabalho.

A todos os professores do Curso de Especialização em Educação Infantil que contribuíram muito para mais um passo que dei na minha formação.

Dedico esse trabalho a minha família pelo carinho e incentivo, pois sem eles não estaria concretizando essa etapa da minha vida.

A deficiência não precisa ser um obstáculo para o sucesso. Durante praticamente toda a minha vida adulta sofri da doença do neurônio motor. Mesmo assim, isso não me impediu de ter uma destacada carreira como astrofísico e uma vida familiar feliz.

Professor Stephen W Hawking

RESUMO

A nossa maior riqueza está nas pessoas que podem ajudar a sociedade a evoluir na forma: social, ambiental, cultural, economicamente e intelectual. Portanto, este trabalho teve por objetivos investigar os principais avanços e entraves no atendimento educacional especializado da educação infantil em uma escola da rede Municipal do Crato, bem com, identificar a concepção dos professores quanto à inclusão de crianças com deficiência na escola comum a partir do discurso desses profissionais. Para realizar esta pesquisa usou-se uma abordagem qualitativa, ocasião propícia ao entendimento do assunto abordado por meio da locução dos envolvidos no processo do AEE. A base teórica fundamenta-se nos estudos sobre AEE de diversos autores; e descreve as fases de execução do projeto, suas limitações, possibilidades e necessidades, bem como os resultados e os instrumentos para obtenção dos dados da pesquisa. O principal instrumento para aferir a opinião dos professores pesquisados foi a aplicação de um questionário com quatro professores, sendo dois que trabalham na sala comum e dois que trabalham na sala de AEE. da escola, em exercício no ano de 2012. Entre outros dados, o estudo revelou que, apesar de adeptos à proposta de inclusão, os professores. não se acham preparados para lidar com a diversidade do alunado presente em uma classe inclusiva. Os dados nos fazem refletir, principalmente a partir das dificuldades elencadas pelos professores, o ideal é propor, juntamente com os profissionais da escola, alternativas pedagógicas pautadas no desejo de construir um trabalho que contribua efetivamente para a transformação das condições de vida e educação deste grupo de sujeitos historicamente segregados e excluídos. Com isso o presente trabalho pode contribuir com a evolução do AEE nas escolas do Crato - CE, a partir da avaliação das condições de atendimento ofertada pelas escolas do ponto de vista dos professores envolvidos neste processo. Em função dos dados coletados pode-se verificar que nenhuma escola tem as sala do tipo II instalada, e que a maioria das escolas não tem sua sala de AEE funcionando em espaço plenamente adequado às exigências do MEC. Outro ponto a ser trabalhado é a ansiedade dos professores quanto à necessidade de atualização para trabalharem com crianças com deficiência, a partir de suas falas verifica-se que este é um dos pontos fortes a limitar o desempenho profissional destes professores no atendimento educacional especializado.

Palavras chave: Educação Infantil. Educação Inclusiva. Atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

Our greatest asset is the people who can help society evolve as: social, environmental, cultural, economic and intellectual. Therefore this study aimed to investigate the main advances and obstacles in specialized educational services from kindergarten in a school in Crato-Ceara State, as well as identify conceptions of teachers regarding the inclusion of children with disabilities in regular schools from the speech of these professionals. To conduct this research we used a qualitative approach to understanding auspicious occasion of the subject through the utterance of those involved in the process of ESA. The theoretical basis is based on studies of ESA from some authors, and describes the stages of the project, its limitations, possibilities and needs, as well as the results and the means used to obtain research data. The main instrument to gauge the views of teachers surveyed was the application of a questionnaire with four teachers, two who work in the common room and two room working on ESA. school in the year 2012. Among other data, the study revealed that although the proposal to include supporters, teachers. are not prepared to deal with the diversity of the students in this inclusive classroom. The data make us reflect, mainly from the difficulties pointed out by the teachers, the ideal is proposed, along with school professionals, pedagogical alternatives grounded in the desire to build a work that effectively contributes to the transformation of living conditions and education of this group subject of historically segregated and excluded. Therefore this study can contribute to the evolution of ESA schools from Crato - CE, based on the evaluation of conditions of service offered by schools from the point of view of the teachers involved in this process. Depending on the data collected can be seen that no school has room type II installed, and that most schools do not have your room working on ESA space fully adequate to the demands of the MEC. Another point to be worked on is the anxiety of teachers on the need to update to work with children with disabilities, from their statements it appears that this is one of the strengths limit the professional performance of teachers in specialized educational services.

Keywords: inclusive education, early childhood education. specialized educational services.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de crianças com deficiência por escolas do Crato-CE.	31
Tabela 2 Equipamentos presentes nas escolas que atendem o AEE no Crato-CE	39
Tabela 3 Especificação dos itens da Sala Tipo I:	40
Tabela 4 Especificação dos itens da Sala Tipo II	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Preparados para trabalhar com deficiência?	37
Quadro 2 O que acha necessário para trabalhar com essas crianças com deficiência?	39
Quadro 3 Há uma preocupação apresentada com relação à inclusão das crianças com deficiência nas atividades da escola?	41
Quadro 4 Quais os serviços, apoio, oferecidos pela escola destinados a uma educação inclusiva?	43
Quadro 5 Como são realizados esses serviços de apoio? Há uma participação de toda a comunidade escolar?	44
Quadro 6 Qual a sua opinião sobre os serviços oferecidos pela escola às crianças, público-alvo	45
Quadro 7 Em sua opinião a escola é o lugar mais apropriado para a aprendizagem das crianças?	46
Quadro 8 Você acha que um aluno com deficiência pode prejudicar o andamento da turma?	47
Quadro 9 Quais os avanços que os serviços de apoio oferecidos pela escola trouxeram aos alunos público-alvo da educação especial?	49
Quadro 10 Sobre os principais entraves dos serviços/apoio oferecidos aos alunos?	50

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Sala de Recursos Multifuncionais - SRMs em escola do Crato, aula de música.	31
Foto 2 Sala de Recursos Multifuncionais - SRMs em escola do Crato, aula de informática.	32
Foto 3 - Sala de Recursos Multifuncionais - SRMs em escola do Crato, espaço improvisado para atividades.	32
Foto 4 - Sala de Recursos Multifuncionais - SRMs em escola do Crato, atividade lúdica.	32
Foto 5 Evento realizado pela equipe de AEE de escola do Crato-CE.	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado.
E.E.I.E.F.	Escola de Educação Infantil e Fundamental.
UFC	Universidade Federal do Ceará.
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
PNE	Plano Nacional de Educação.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
MEC	Ministério de Educação e Cultura.
OMS	Organização Mundial de Saúde.

SUMÁRIO

1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
1.1 Do histórico aos marcos legais da inclusão	19
1.1.1 As políticas públicas e os direitos de educação para todos.	22
1.2 Atendimento educacional especializado – AEE.....	24
1.2.1 O Atendimento Educacional Especializado na escola	25
1.3 A educação infantil: lugar onde inicia e se propaga a inclusão.....	26
2 METODOLOGIA.....	29
2.1 Procedimentos de pesquisa	29
2.1.1 Exploração de campo	29
2.1.2 Seleção dos participantes	34
2.1.3 Aplicação dos questionários.....	34
3.1 Análise da primeira pergunta	37
3.2 Análise da segunda pergunta.....	38
3.3 Análise da terceira pergunta.....	41
3.4 Análise da quarta pergunta.....	43
3.5 Análise da quinta pergunta.....	44
3.6 Análise da sexta pergunta.	45
3.7 Análise da sétima pergunta.	46
3.8 Análise da oitava pergunta.....	47
3.9 Análise da nona pergunta.....	48
3.10 Análise da décima pergunta	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICE	61
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

Durante o intervalo de uma aula tive contato com uma criança com síndrome de Down, em que esta se apresentava muito doce e carinhosa. No entanto, nesta determinada ocasião ela agiu de forma diferente, apresentando agressividade, agredindo-me com as unhas sem qualquer motivo aparente. Após este evento fiquei com receio de qualquer aproximação com a criança, pois temia que este fato acontecesse novamente. Esta experiência me fez despertar algumas curiosidades sobre as crianças com deficiência e sobre as metodologias que os professores de sala comum e de Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizam diante de circunstâncias como essas e muitas outras. Tais curiosidades se transformaram em algumas inquietações, tais como: Porque será que ela reagiu daquela forma? Será que tinha sido eu que não a respeitei? Será que ela também se manifesta dessa forma em sala de aula? E no Atendimento Educacional Especializado (AEE) como o professor trabalha com esta relação professor(a)/aluno com deficiência? Como o professor faz para incluí-la diante de uma situação de agressividade? Como eu vou me comunicar com essa criança? Como eu vou lidar com ela?

A partir dessas inquietações a presente pesquisa se embasa no estudo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no município do Crato, especificamente na sala multifuncional do AEE de uma escola de Educação Infantil, deste município.

Conforme a Conferência Mundial de Educação Especial (1994), também conhecida como Declaração de Salamanca, “todas as crianças na educação infantil devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, p. 4). Mais do que isto, aprender juntas/incluir significa oferecer as condições necessárias para que todas as crianças ou adolescentes realmente sejam incluídos em todas as atividades (atividades em sala, atividades de lazer, brincadeiras, entre outros) propostas pela escola.

A inclusão de crianças com deficiência na escola comum é um grande avanço para a educação do Brasil, pois contrasta com um passado, e por vezes ainda no presente, excludente e preconceituoso, (Quatrin 2008, p. 50). Ainda segundo o autor, efetivamente a educação inclusiva pode ser pensada por duas vias paralelas: a sua prática e o compromisso que deve assegurar. Portanto, a entrada da criança na escola de

educação infantil é sem dúvida um fato marcante em suas vidas. Ela sai do ambiente familiar – seu porto seguro - para outro ambiente com pessoas que ainda não fazem parte de seu convívio. Precisam, portanto de espaço acolhedor de professores que delas cuidem e eduquem levando em consideração a sua singularidade e proporcionem situações que favoreçam a vivência de valores fundamentais para que estabeleçam relações saudáveis. A educação infantil torna-se um espaço propício a tudo isto por que apresenta o mundo às crianças em pequenas doses, pois prioriza salas com número reduzido de crianças além de manter uma relação muito próxima às famílias. BATTAGLIA (2009).

Na educação inclusiva, os sistemas e instituições sociais são adaptados às necessidades de todas as pessoas (Alves et al, 2006), “oferecendo um ensino de qualidade a todos sem exceção e não ao contrário como ocorria na educação integrativa, que o indivíduo é quem tinha que se esforçar para se enquadrar as exigências do sistema” (ROCHA, 2009, p. 35).

A inclusão das crianças com deficiência, além de ser moral e eticamente necessária, também é um investimento da sociedade. A nossa maior riqueza está nas pessoas que podem ajudar a sociedade a evoluir na forma social, ambiental, cultural, economicamente e intelectual. Dentre estas pessoas, não estão somente às pessoas de alto poder aquisitivo, das crianças superdotadas, ou as ditas normais, mas também, as pessoas com deficiência, que podem (e devem !) contribuir com e para a construção de uma sociedade inclusiva, propiciando uma forma diferente de olhar o mundo, propondo alternativas singulares para os inúmeros problemas de nossa sociedade, (CORRÊA, 2009).

Silva (2012, p. 62, apud Cappo, 2002, Poulin, 2010) enfatiza a perspectiva “de uma sociedade inclusiva como uma sociedade socialmente inclusiva”. Uma sociedade onde todas as pessoas que a compõem se sentem valorizadas, onde as suas diferenças são respeitadas e suas necessidades fundamentais são satisfeitas de tal maneira que possam viver.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva assume, portanto, uma grande importância, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. (LOUREIRO e SANTOS, 2002).

Loureiro e Santos (2002), citam que em seu primeiro momento a educação especial caracterizava-se pela segregação e exclusão, e exemplificam esta situação afirmando que as pessoas com deficiência eram simplesmente ignoradas, evitadas, abandonadas ou encarceradas, e muitas vezes eliminadas.

A educação especial a partir da década de 90 passou a ser vista de outro modo após o evento que formalizou a “educação para todos” como plataforma básica para o sistema educacional, segundo a proposta na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que levanta aspectos do contexto brasileiro a serem considerados na adoção e na implantação do processo de inclusão.

Segundo Nebes (2010, p. 26 Apud Paulon, et al. p.9) “Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso.”

As constantes modificações e mudanças na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o que se deve ao fato do interesse que paulatinamente tem ganhado à abordagem inclusiva em substituição a abordagem integrativa, a qual se dá de forma complexa envolvendo necessariamente um processo de reestruturação educacional.

Pesquisas relacionadas à temática desta investigação são encontradas nos trabalhos realizados por Oliveira (2004), Mantoan (2006), Alves (2006) e Carvalho (2007). Os autores abordam o panorama histórico e conceitual apresentando os impasses e desafios relacionados a cada experiência vivenciada.

A ação docente junto às crianças e jovens com deficiência pede, para além de uma abordagem meramente disciplinar, uma atuação realmente interdisciplinar¹.

Nessa ótica todas as crianças em idade escolar deverão ser atendidas com vistas a garantir o desenvolvimento das potencialidades, o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho. Fazendo parte da população escolar encontram-se crianças e adolescentes que apresentam deficiência e que requerem apoios pedagógicos específicos que possam propiciar condições favoráveis a uma participação plena na escola e na comunidade.

¹ “Ação recíproca disciplinar - entre disciplinas, ou e acordo com uma ordem - promovendo um estado um estado, qualidade ou resultado da ação”. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/interdisciplinar/3621/> acesso em 23/12/2012.

Com base na discussão sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva relatadas nas pesquisas supracitadas, proponho como questão de pesquisa: quais os possíveis entraves e avanços existentes no AEE na educação infantil do município de Crato, na perspectiva do professor?

Diante disso instituo como objetivo geral, Investigar os principais avanços e entraves no atendimento educacional especializado (AEE) da educação infantil em uma escola da rede Municipal do Crato a partir dos discursos dos professores.

E como objetivos específicos

- Identificar a concepção dos professores quanto à inclusão de crianças com deficiência na escola comum a partir do discurso dos professores.
- Analisar os avanços do AEE na educação infantil a partir do discurso do professor de educação especial.
- Analisar os possíveis entraves do AEE na educação infantil na perspectiva da educação especial.

O presente trabalho foi organizado em 3 capítulos: referencial teórico, metodologia, e análise de dados.

Na introdução tratamos do Atendimento Educacional Especializado por meio da revisão literária e apresentação os objetivos que servem de guia à pesquisa. Explicamos a curiosidade em lidar com o tema a partir de uma situação vivenciada no dia-a-dia de trabalho.

No primeiro capítulo, o qual corresponde ao referencial teórico fazemos uma abordagem à educação inclusiva, uma vez que o nosso foco foi à investigação dos avanços do Atendimento Educacional Especializado que se encontra dentro dos muros das escolas regular. Também é feito um esforço com sentido de buscar, aprofundar e ampliar nossos olhares para os princípios que norteiam a educação infantil, pois o palco deste ensaio fora no AEE da educação infantil. É feita uma análise à luz da legislação e autores como Mantoan, Glat, e Pereira, dentre outros tem seus estudos comentados no sentido de reforçar as ideias apresentadas no decorrer deste trabalho.

O segundo capítulo trata das linhas metodológicas utilizadas para coleta e tratamento de dados. O objetivo deste trabalho fica definido como sendo o estudo da temática da inclusão escolar, circunscrita ao nível da Educação Infantil, e mais especificamente em salas de AEE. Sendo a pesquisa do tipo qualitativo do tipo estudo

de caso que, segundo Lüdke e André (1986, p. 17). Neste capítulo são comentados a exploração de campo, o perfil dos sujeitos, e a aplicação do questionário.

O terceiro refere-se à análise dos dados. Neste capítulo foram analisados os questionários respondidos por quatro professores acerca do AEE na escola em que trabalham sendo que 2 professores trabalham em sala comum e dois em AEE.

A parte final da monografia intitulada considerações finais, evidencia nossas considerações em relação a opinião dos professores entrevistados quanto aos meios e aos avanços do processo de inclusão.

1 REFERENCIAL TEÓRICO.

A presente monografia tem como foco identificar os avanços e os entraves do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças com deficiência que fazem parte da rede pública municipal de Crato a partir do discurso dos professores, bem como conhecer o conceito de inclusão escolar desses professores. Para isso elegemos três pilares que subsidiam nosso estudo, a saber: Educação Inclusiva, AEE, Educação Infantil.

Abordamos a educação inclusiva neste referencial teórico, porque nosso foco foi à investigação dos avanços do AEE e este se encontra dentro dos muros das escolas regular, traçando, propagando e ampliando a proposta de uma escola de atenção às diferenças.

Buscamos também explicar princípios que norteiam a Educação Infantil, por entender que a educação infantil é o palco onde se inicia e se propaga a inclusão, bem como porque o foco deste trabalho centrou-se no AEE da educação infantil. Cada pilar será detalhado e discutido separadamente.

1.1 DO HISTÓRICO AOS MARCOS LEGAIS DA INCLUSÃO

A partir do início da década de 90, o movimento para a inclusão educacional foi ampliado na sociedade brasileira a partir de vários/documentos políticos, dentre eles a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994). Esta se empenha no bojo de suas diretrizes, na busca pela consolidação dos princípios firmados na Declaração de Educação para Todos. Esse documento, além de apontar os avanços da Educação Especial no Brasil, dimensiona os problemas existentes nesse campo, tais como:

- 1) insuficiência de ações organizadas entre os diversos níveis de planejamento, nas esferas estadual, municipal e particular, 2) planejamentos distanciados da realidade educacional do País, prejudicando o atendimento das reais necessidades das pessoas com deficiência; 3) escassez de recursos financeiros para os programas de educação especial 4) carência de técnicos para orientação, acompanhamento e avaliação da programação pedagógica a ser desenvolvida com a criança (BRASIL, 1994, p. 31-32).

O documento supracitado também aponta que, apesar de haverem registros de conquistas nas últimas décadas, “ainda persistem inúmeras dificuldades, algumas estruturais da sociedade brasileira, e outras específicas da educação de pessoas com deficiência” (BRASIL, 1994, p. 30).

Para superar as dificuldades supracitadas, o documento indica que “serão estabelecidos objetivos da educação especial e diretrizes gerais para a formulação dos planos de ação” (BRASIL, 1994, p. 30). Ainda segundo este documento, dentre os objetivos, “são contemplados aqueles referentes à integração escolar das crianças com deficiência e de condutas típicas no ensino regular, sempre que possível” (BRASIL, 1994, p. 49).

Em 20 de dezembro de 1996, a Lei n.º 9.394 (Brasil, 1997), estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na qual se destacam:

Artigo 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 3º- o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições de acesso e permanência na escola;

II - respeito à liberdade e apreço à tolerância

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

Como podemos depreender, a LDB traz em seus incisos aspectos que norteiam os princípios do Atendimento Educacional Especializado, determinando a sua gratuidade, conforme o art. 4º, e que este ocorra preferencialmente na rede regular de ensino.

Princípios relacionados à inclusão e ao AEE também estão presentes nos documentos posteriores à nova LDB, como, por exemplo, no Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2001).

Um importante marco político do AEE é o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre o AEE, e regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, em seu Art. 1º, parágrafo segundo, no qual decreta que esse atendimento deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Várias pesquisas (PIETRO, 2006; FERREIRA, 2005; MENDES, 2008; Oliveira (2008) apontam para a inadequação da escola e da falta de investimento na formação de professores e de recursos necessários para desenvolver propostas de inclusão.

Com isso podemos evidenciar que o Brasil é signatário quanto às propostas legais que norteiam a inclusão escolar. O Decreto nº 3 956, de 08/10/2001, da

“Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência” corrobora com essa evidencia, pois permite a diferenciação, pelo Estado, das formas para promover a inclusão, desde que não se limite ao direito à igualdade, ou que as pessoas com deficiência sejam obrigadas a aceitar a diferenciação. A inclusão vai, além disso, e o AEE, também!

O Plano Nacional de Educação apresenta alterações significativas entre a proposta original do próprio MEC, de 1997, e a redação final aprovada na Lei de 2001, no que se refere ao papel destinado às escolas e classes especiais:

“(…) casos muito mais sérios, caracterizados por alto grau de comprometimento mental ou por deficiências múltiplas, que exigem atendimento educacional diferenciado, em instituições especializadas” para “as escolas especiais devem ser enfatizadas quando as necessidades das crianças assim o indicarem”; de “redimensionar as classes especiais e criar salas de recursos, de forma a favorecer e apoiar a integração em classes comuns” para “redimensionar, conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e alternativas pedagógicas recomendadas...”.

Ao mesmo tempo, Mittler (2003, p. 139) discorre que o “comprometimento de um governo em relação à inclusão não elimina, por si só, a exclusão existente na sala de aula, uma vez que experiências cotidianas das crianças é que vão definir a qualidade de sua participação, assim como as possibilidades de aprendizagem oferecidas em uma escola”. Essa afirmação enfatiza, portanto, o importante papel dos professores, tanto de sala comum quanto de sala de AEE, pois serão eles que estão à frente do planejamento de estratégias que minimizem e eliminam as barreiras que reforçam a exclusão e dificultam as aprendizagens significativas e as interações.

As interações e as relações sociais estabelecidas e ampliadas entre as crianças e os outros membros da comunidade escolar também serão indicativos importantes de uma escola inclusiva. Segundo o autor “as formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças” (MITTLER, 2003, p. 139).

Sobre este assunto Mendes (2005, p. 252) afirma que

Para a implementação da educação inclusiva há, portanto, a necessidade de uma reestruturação do sistema educacional, pois o movimento inclusivo reconhece que a escola tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política. (MENDES, 2005, p252)

Desta forma, construir uma educação verdadeiramente inclusiva implica necessariamente em: recriar o modelo educativo escolar, tendo como norteador o ensino

para todos, reorganizar pedagogicamente as escolas, com a abertura de maiores espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade e a reflexão crítica, garantir aos alunos tempo para aprender, além de formar, aprimorar e valorizar constantemente os professores, para que estes tenham conhecimento científico e motivação para ensinar a todos sem exclusões.

Legalmente, muitas conquistas foram alcançadas. Entretanto, é necessário que tais conquistas, expressas na lei, possam ser efetivadas no cotidiano escolar. A luta pela integração social da pessoa com deficiência foi um avanço social importante que deve continuar se propagando e ampliando-se, construindo, de fato, uma sociedade inclusiva, uma sociedade para todos!

1.1.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS DE EDUCAÇÃO PARA TODOS.

Curiosamente o que poderia ser comum considerar as diferenças, as singularidades de cada pessoa, ainda, se faz necessário impor normas, direitos e deveres para se conviver em sociedade, tendo como ponto de partida o reconhecimento e a valorização das diferenças. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reuniu povos do mundo todo, reza no Art. 1 que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Nesse aspecto, a Declaração ressalta “o valor da liberdade e de igualdade, uma vez que não há um valor sem o outro”.

Assim o valor da diversidade/das diferenças, o qual se impõe como condição ímpar para a universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos, não dizem respeito a uma proteção universalista, abstrata, geral, mas, sim, considera o ser pessoa, aquela, dotada de direitos, respeitando todas as suas particularidades, diferenças e singularidades.

Desta feita, a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados pelo tempo – pelos modelos sócio políticos de cada tempo histórico. Conforme recomendação da UNESCO a partir do documento elaborado pela Declaração de Salamanca (1994), do qual o Brasil é signatário, todas as escolas

deverão acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deverão incluir crianças deficientes e superdotados, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. (Declaração de Salamanca, 1994)

Assim, podemos observar um (re)desenho da escola regular. A Declaração de Salamanca sugere que

este desenho implicará na escola buscar novas, diferentes e diversificadas alternativas que possam garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e jovens, crianças com deficiência ou não no seu interior. E explicita que, o que se deseja, é a construção de uma sociedade inclusiva que tenha compromisso com as minorias, cujo grupo inclui as pessoas com deficiência, (Declaração de Salamanca, 1994, p.21).

Tais enfoques, fundamentados, no respeito das diferenças e das ações de cidadania produziram vários documentos norteadores voltados ao reconhecimento de sujeitos de direitos à diversidade cultural.

Assim sendo, outros documentos foram elaborados como a Declaração aprovada na Conferência Mundial de Educação para Todos, Declaração de Jomtiem, na Tailândia, em 1990, informa a existência naquela época, mais de 100 milhões de crianças no mundo não tinha acesso à escola. A Declaração Mundial de Educação da UNESCO referente ao ano de 2005 esclarece que, ainda, continua existindo uma grande defasagem, em termos de conhecimento, entre os países do Norte e do Sul.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2003, p. 6) em artigo intitulado o acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino sugere que:

Nessas circunstâncias, para que as pessoas com deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que a escola de ensino regular se adapte às mais diversas situações conforme as necessidades das crianças inseridos em suas salas de aula, (BRASIL, 2003).

Tendo em apenas vista os organismos internacionais, há uma complexidade, em alguns países, sociedades/escolas, em atender as demandas, os princípios que norteiam a inclusão, pois não basta inserir a criança na escola, devemos acolhê-la, incentivá-la, mediá-la, orientá-la, incluí-la! Principalmente quando permeia o aspecto paradoxal que, ao mesmo tempo em que existem países que já entraram na era da inclusão, existem outros, e até mesmo,

organizações escolares que não se caracterizam pela mudança, ao contrário, pautam-se pela estabilidade. Isso é explicado pelo fato de as organizações sociais se definirem pela existência de uma estrutura proposta com o fim de alcançar objetivos predeterminados, da forma mais econômica possível (HORA, 2002, p.20).

A inclusão da criança na escola não surtirá o efeito desejado se não houver a aceitação pelo diversos atores que compõem esta teia educacional, além de incluí-la ela tem que ser inserida no meio, tem que ser aceita, tem que se sentir parte do todo.

1.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

O Atendimento Educacional Especializado foi criado para dar suporte e apoio aos alunos público alvo da educação especial (alunos com deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos Globais de Desenvolvimento), para facilitar, mediar e ampliar o acesso ao currículo e a escola como um todo.

De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação das crianças no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O Ministério da Educação, (MEC, 2007), “estabelece que, considerando as necessidades específicas das crianças, o AEE é classificado como um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade. E estes recursos podem eliminar barreiras para a plena participação dessas crianças”. Dessa forma, o AEE “deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum”.

O AEE trará mais benefícios à medida que mais ele acontecer nas escolas regulares nas quais os alunos com deficiências estejam matriculados, fato que contribuirá para a inclusão, evitando atos discriminatórios. O atendimento educacional especializado tem como objetivos, conforme estabelece o Decreto 6571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado,

regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007:

prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Assim depreendemos que o AEE surtirá efeitos mais positivos se acontecer na escola regular, favorecendo a integração entre as crianças com deficiência e as ditas normais.

1.2.1 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA

A Escola além de fazer adaptações físicas e estruturais, adaptações que favoreçam, ampliem e auxiliem a locomoção e proporcionem a acessibilidade, e, como sugere MANTOAN² as escolas precisam oferecer Atendimento Educacional Especializado paralelamente às aulas regulares, sendo este atendimento de preferência no mesmo local. Acreditamos que isso seja quase impossível, pois são poucas escolas que possuem o AEE, dificultando ainda mais a qualidade da educação de crianças com deficiência. Em virtude da situação que se apresenta, existe um longo caminho a ser percorrido quanto ao atendimento educacional especializado, tanto do ponto de vista dos recursos humanos quanto dos recursos materiais.

Mantoan (2003)

explicita que, assim uma criança cega, por exemplo, poderá assistir às aulas com os colegas que enxergam e, no contraturno, treinar mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban³, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração, na inclusão, na interação e no processo de aprendizagem dentro e fora da escola.

É importante ressaltar que algumas das atividades desenvolvidas no AEE também buscam construir juntos aos alunos com deficiência habilidades, estratégias que possibilite minimizar ou até eliminar dificuldades frente às atividades corriqueiras – atividade da vida diária.

Assim, Garcia (2010, p.4) classifica o AEE como

uma forma de propiciar oportunidades para inclusão e funcionando como um espaço de transição para aquisição de hábitos e atitudes que facilitam a

² http://incluireduca.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html acesso em 03/12/2012, às 22:45h.

³ É o nome dado ao ábaco japonês, que consiste em um instrumento para cálculo, originalmente chinês, e levado para o Japão em torno de 1600.

convivência social numa classe especial ou regular de ensino. De acordo com o citado anteriormente O AEE e a inclusão andam de mãos dadas buscando um mesmo fim.

De acordo com Dutra (2007) a concepção de atendimento educacional especializado vai muito além do entendimento como atividade afeta à área da saúde ou como mera repetição de atividades pedagógicas, as quais são concebidas tradicionalmente como reforço escolar. Esse atendimento educacional especializado exige mudanças estruturais na escola comum, que passa a incorporar ao atendimento educacional especializado, todo esse processo envolve a realização de atividades que diferem daquelas do ensino comum, e são caracterizadas como fundamentais para o desenvolvimento pessoal da criança e para sua autonomia no processo de escolarização. Ainda segundo o autor, “a oferta do atendimento educacional especializado realizado em todas as escolas deve ser planejada tendo como objetivo eliminar as barreiras encontradas no acesso à escolarização e promover o desenvolvimento da criança”.

1.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL: LUGAR ONDE INICIA E SE PROPAGA A INCLUSÃO

A inclusão das pessoas com deficiência na sociedade passou, ao longo do tempo, por processos que foram do extermínio até a inclusão (PESSOTI, 1984; MANTOAN, 2003; CARVALHO, 2004).

A inclusão foi fortalecida a partir da Declaração de Salamanca (1994), que teve o propósito de fortalecer a educação para todos e a luta contra a exclusão. Nesse documento, a educação inclusiva é voltada para todos os excluídos da escola e não somente as pessoas com deficiências.

Assim, segundo a Declaração de Salamanca (1994) as escolas devem estar preparadas para acolher “crianças com deficiências, de rua, crianças minorias étnicas, linguísticas e culturais, desfavorecidas ou marginais”, independentemente de suas condições pessoais, culturais ou sociais.

Uma escola que acolha a todos, ou seja, uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela voltada para a atenção às diferenças (FIGUEIREDO, 2010), onde todos aprendem independentemente de suas necessidades ou características, mas sim, a partir do reconhecimento e da valorização das diferenças.

Carvalho (2004, p. 34) destaca que a escola inclusiva “não prepara para a vida, mas ao contrário, ela é a própria vida que flui, devendo possibilitar [...] o

desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva das crianças”. Assim, os profissionais da educação devem ser e estar sensibilizados e acreditarem que a inclusão é, antes de tudo, um direito do cidadão e não um modismo passageiro.

Mantoan (2003) diz que os professores devem retomar o poder da escola, combatendo a descrença e o pessimismo dos acomodados, mostrando que a inclusão é uma oportunidade para que alunos, pais e professores demonstrem as suas competências, seus poderes e as suas responsabilidades educacionais.

Na literatura brasileira e internacional tem várias pesquisas (NISBET, 1994; ODOM, 1998, 2000 e 2002; SAILOR, 2002) sobre o impacto dos programas de inclusão na Educação Infantil. Essas pesquisas evidenciam que:

- a) ambientes inclusivos podem favorecer o desenvolvimento das crianças por oferecer um meio mais estimulador (cognitiva, social e linguisticamente) do que ambientes segregados;
- b) com suporte necessário e apropriado, as crianças pequenas com deficiência podem tanto adquirir habilidades complexas quanto participar com sucesso de ambientes inclusivos;
- c) a participação e pertinência são as variáveis chaves, e dependem de atividades específicas que são dirigidas ou mediadas pelo professor ou educador;
- d) o engajamento social é maior em ambientes inclusivos, e que;
- e) é possível minimizar casos de isolamento social, através de intervenções específicas ou de práticas que preveem a construção de interações sociais como parte do currículo.

Vários autores como FERREIRA e FERREIRA (2004), RIBEIRO (2003), BAUMEL (2003), entre outros, apontam que para assumir condição efetiva de inclusão escolar, ou seja, uma escola capaz de oferecer a TODOS os alunos condições para aprendizagem e desenvolvimento, é necessário assumir um novo projeto de escola: uma escola que inclui, que reconhece as diferenças como potencialidades, valorizando-as como ponto de partida.

Neres (1999) apud Arruda, Kassar e Santos (2006) cita o Banco Mundial, como um dos agentes financiadores da Educação Básica no Brasil, e este proclama os princípios de equidade que deve ser entendida como a busca de igualdade de oportunidades para atender o grande número de pessoas em áreas críticas em diversas localidades, dentre elas da Educação, através da aplicação de padrões mínimos de funcionamento das escolas de efetividade que está relacionada à realização do máximo “com um mínimo de meios; e de complementariedade identificada como a necessidade de compatibilizar ações e não sobrepô-las”. Neste sentido o Banco Mundial sugere a transversalidade entre as ações no sentido da complementariedade, ou seja, as ações não

devem ser estanques, elas devem interagir entre si, buscando a cooperação no sentido de promover a inclusão.

Pode-se evidenciar que a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil significa atender aos princípios assinalados da equidade, da efetividade e da complementaridade e do reconhecimento das diferenças, permitindo dessa forma a atuação do Estado de modo coerente com as políticas neoliberais em curso.

A busca pela equidade de direitos, pela igualdade de oportunidades e por todas as formas de correção das disparidades, e pelo reconhecimento e valorização das diferenças, é uma máxima mundial.

2 METODOLOGIA

O foco deste trabalho é a identificação dos avanços e dos entraves do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças com deficiência que fazem parte da rede pública municipal de Crato a partir do discurso dos professores, bem como conhecer o conceito de inclusão escolar desses professores.

Tendo em vista a natureza do nosso objeto de estudo, optamos por desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa, visto que esse tipo de pesquisa fundamenta-se em princípios que valorizam, dentre outras coisas, o ambiente natural como fonte direta dos dados, a interpretação da realidade no lugar da mensuração, a descoberta no lugar da constatação e o envolvimento do pesquisador com os fenômenos pesquisados.

Para isso optamos em realizar uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso que, segundo Lüdke e André (1986, p. 17), estuda um único caso; um recorte. Segundo os autores

O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular. As autoras ainda nos elucidam que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 17),

Por meio de um estudo de caso, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário (apêndice 1) com os professores selecionados.

2.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O trabalho compreendeu quatro etapas: exploração do campo, seleção dos participantes, aplicação dos questionários e análise dos dados. Essas etapas serão detalhadas a seguir.

2.1.1 EXPLORAÇÃO DE CAMPO

No município de Crato apenas sete escolas possuem o Atendimento Educacional Especializado.

Conforme já foi explanado, o Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de ensino do município de Crato se dá por meio do Programa Federal de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, que viabiliza no contra turno o

atendimento ao público alvo da educação especial (alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação).

Conforme dados da Organização Mundial de Saúde publicados na revista Nova Escola⁴

pelo menos 5% da população tem algum tipo de alta habilidade. No Brasil, até o ano passado, haviam sido identificados 2,5 mil jovens e crianças assim. Para dar um atendimento mais qualificado a esse público, o Ministério da Educação (MEC) criou em 2005 Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação em todos os estados. Apesar de ainda pouco estruturados, esses órgãos que têm o papel de auxiliar as escolas quando elas reconhecem alunos com esse perfil em suas salas de aula.

Como podemos observar em todo o país temos crianças e jovens com altas habilidades, ou com alguma deficiência e as escolas tem que estar abertas para atender e acolher todas as crianças, alunos e jovens estudantes.

Segundo portal do MEC através do documento Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas:

O Atendimento Educacional Especializado funciona em moldes similares a outros cursos que complementam os conhecimentos adquiridos nos níveis de ensino básico e superior, como é o caso dos cursos de línguas, artes, informática e outros. Portanto, esse Atendimento não substitui a escola comum para pessoas em idade de acesso obrigatório ao Ensino Fundamental (dos 7 aos 14 anos) e será preferencialmente oferecido nas escolas comuns da rede regular. Diferente de outros cursos livres, o Atendimento Educacional Especializado é tão importante que é garantido pela Constituição Federal.

Em 2010, três escolas do municipal de Crato começaram a desenvolver o AEE. Ao decorrer dos anos 2011 e 2012 o AEE foi implementado em mais quatro escolas da rede municipal de ensino.

Algumas das escolas da rede receberam o material da sala de recursos multifuncionais, material este que visa, dentre seus objetivos, contribuir para desenvolvimento do trabalho pedagógico e proporcionar o planejamento de atividades que promovam o aprendizado das crianças. Porém, é importante destacar que a formação continuada dos professores, acontece ainda de forma muito superficial com apenas um encontro mensal para estudar e rever as práticas do AEE.

Para a Secretaria de Educação do Crato o AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a eliminação das barreiras para a plena participação das crianças,

⁴ Publicado em NOVA ESCOLA Edição 224, AGOSTO 2009. Título original: Como atender alunos com altas habilidades

considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação da criança com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Conforme pesquisa de campo identificamos abaixo o número de crianças e suas respectivas deficiências por escolas do Crato-CE:

TABELA 1 - QUANTIDADE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA POR ESCOLAS DO CRATO-CE.

Escolas	Tipos de Deficiências						total
	Auditiva	Visual	Intelectual	Física	Comunicação	Múltipla	
Escola I	9	2	10	6			27
Escola II	1	2	1	1			5
Escola III			2	1			3
Escola IV	1	3	2	1			7
Escola V	1	2	3	2		1	9
Escola VI	1	1	1	2	2	1	8
Escola VII	1		7			1	1
TOTAL	14	10	26	13	2	3	68
%	20,59%	14,71%	38,24%	19,12%	2,94%	4,41%	

Fonte: Secretaria de Educação do Crato-CE

Como podemos observar a Escola I apresenta dentre o seu quadro de crianças 27 com deficiência.

A seguir apresentaremos alguns momentos do dia-a-dia das pessoas envolvidas com o AEE nas escolas do Crato, sejam elas crianças/alunos ou professores que atuam nestas escolas.

FOTO 1 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS - SRMS EM ESCOLA DO CRATO, AULA DE MÚSICA.



Fonte: Secretaria de Educação do Crato-CE.

FOTO 2 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS - SRMS EM ESCOLA DO CRATO, AULA DE INFORMÁTICA.



Fonte: Secretaria de Educação do Crato-CE.

FOTO 3 - SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS - SRMS EM ESCOLA DO CRATO, ESPAÇO IMPROVISADO PARA ATIVIDADES.



Fonte: Secretaria de Educação do Crato-CE.

FOTO 4 - SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS - SRMS EM ESCOLA DO CRATO, ATIVIDADE LÚDICA.



Fonte: Secretaria de Educação do Crato-CE.

FOTO 5 EVENTO REALIZADO PELA EQUIPE DE AEE DE ESCOLA DO CRATO-CE



Fonte: Secretaria de Educação do Crato-CE.

É importante destacar que a formação continuada dos professores, acontece ainda muito superficialmente com apenas um encontro mensal para estudar e rever as práticas do AEE.

Somos de opinião que para a Secretaria de Educação do Crato o AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilita a eliminação das barreiras para a plena participação das crianças, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação da criança com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Como vimos acima, a deficiência intelectual é a que aparece com mais frequentemente dentre as escolas com 38,24% do total de crianças matriculados nas escolas do Crato-CE. Em seguida observa-se uma maior prevalência da deficiência auditiva, 20,59%; 19,12% apresentam deficiência física, 14,71% apresentam deficiência visual, 4,41% apresentam múltiplas deficiências e por último 2,94% das crianças apresentam alguma dificuldade na comunicação.

Para o desenvolvimento da pesquisa elegi como critério de escolha escolas que apresentavam AEE na educação infantil. Dessas sete escolas, todas apresentavam este

atendimento na educação infantil, sendo selecionada 1, por que é a única que tem crianças com deficiência na educação infantil do AEE.

2.1.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com quatro professores, com uma faixa etária de 40 a 50 anos, com uma experiência docente de tempo de serviço de 15 a 20. Sendo dois da sala regular e duas da sala de AEE.

Os professores 1 e 2 trabalham em sala comum enquanto os professores 3 e 4 trabalham no AEE. Trabalhando todos na mesma escola.

Utilizou-se como critério para a escolha dos professores ter tido ou estar tendo experiência em trabalhar com AEE.

2.1.3 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários nasceram da necessidade de investigação sobre como os professores veem o processo de atendimento em sala e em sala de AEE na educação infantil, quanto a inclusão de crianças com deficiência, bem como para avaliar quais os avanços e entraves enfrentados pelos professores no dia-a-dia nas escolas que fazem esse tipo de atendimento.

Chagas (apud Parasuraman 1991, p.1) definem um questionário como “tão somente um conjunto de questões, feito para gerar dados necessários para atingir os objetivos do projeto”. E complementa que o questionário é um “instrumento muito importante na pesquisa científica, mas que no entanto nem todos os projetos de pesquisa utilizam esse instrumento de coleta de dados”. Segundo o autor a construção de questionários não é uma tarefa fácil, isso requer tempo e bastante esforço por parte do pesquisador, não existindo uma metodologia padrão para o projeto de questionários, no entanto, vários autores tecem recomendações com relação a essa importante tarefa no processo de pesquisa científica.

Ainda segundo Parasuraman (1991):

a escolha do questionário como instrumento de coleta de informações é extremamente útil quando um investigador pretende recolher dados sobre um determinado tema. O que permite conhecer melhor as lacunas, e identificar formas de melhorar a atividade avaliada, a partir da melhoria das estratégias inerentes ao desempenho da função em pauta. A escolha do questionário como instrumento de pesquisa deve-se a este possibilitar uma investigação

mais profunda e permite identificar o pensamento ou o posicionamento do informante acerca do que foi questionado.

As perguntas do questionário foram elaboradas e aplicadas no primeiro semestre do ano de 2012 com quatro professores, sendo duas da sala regular e duas da sala do AEE. A aplicação do questionário se deu no próprio ambiente de trabalho dos professores pesquisados. Estes foram solicitados a preencher os questionários, que depois foram recolhidos e sistematizados.

O questionário foi elaborado com dez perguntas abertas. A primeira pergunta teve o objetivo verificar a opinião do professor acerca de como ele se sentia quanto a sua preparação para trabalhar com crianças com deficiência e o por quê?

A segunda pergunta visou obter informações sobre o que os professores acham necessário para trabalhar com esses alunos.

A terceira pergunta foi estruturada para avaliar a preocupação da escola, e claro do professor, com relação à inclusão das crianças com deficiência nas atividades propostas pela escola.

A quarta pergunta serviu para identificar os serviços e apoios que a escola oferece que promovam a inclusão.

A quinta pergunta visou identificar como são realizados os serviços de apoio e se há participação de toda a comunidade escolar, destacando o AEE.

A sexta pergunta foi elaborada para identificar a opinião do professor acerca dos serviços oferecidos pela escola com crianças com deficiência.

A sétima pergunta buscou identificar a opinião do professor acerca de se ele acha a escola o espaço mais apropriado à aprendizagem.

A oitava pergunta procurou verificar junto ao professor se ele acha ou não que a criança com deficiência atrapalha o desenvolvimento da turma, como alguns estudos evidenciaram.

A nona pergunta procurou identificar a opinião do professor quais os avanços que os serviços/apoios trouxeram aos alunos com deficiência.

E finalmente a décima pergunta buscou identificar quais são os principais entraves dos serviços / apoios (AEE) oferecidos pela escola às crianças.

A aplicação dos questionários foi feita diretamente a cada professor, à medida que eles foram respondendo as perguntas eles mesmos preenchiam os espaços destinados às respostas. Em seguida conferíamos com os professores se realmente era aquela sua resposta.

A seguir apresentaremos a análise de dados, explicando a priori, como foi realizada a análise.

3 ANÁLISE DE DADOS

O AEE consiste no desenvolvimento de ações que visam ao progresso no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças com deficiência bem como a sua melhor interação com a comunidade escolar. Esse atendimento visa à transformação, de muitas das práticas dos diferentes atores (professores e familiares) que atuam com esse aluno.

A análise dos dados organizada por pergunta do questionário, procurou identificar opiniões convergentes e divergentes quando das respostas dos participantes, destacando aquelas que mais nos chamam atenção quanto ao objeto de estudos do presente trabalho.

3.1 ANÁLISE DA PRIMEIRA PERGUNTA

A primeira pergunta (Você professor da rede municipal de Crato-CE se sente preparado para trabalhar com crianças com deficiência? Por quê?) teve por objetivo verificar a opinião do professor acerca de como ele se sentia quanto a sua preparação-formação para trabalhar com crianças com deficiência e o por quê.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 1 - PREPARADOS PARA TRABALHAR COM DEFICIÊNCIA?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Não, é um desafio muito grande e necessitamos mais profissionais preparados.	Não, é muito complicado, falta formação.	Sim, porém falta muito para a educação chegar até a criança com deficiência.	Sim, já tive várias experiências em educação inclusiva.

Fonte: Dados da pesquisa

Como podemos observar dois professores (professores 1 e 2) disseram que NÃO estão preparados para trabalhar com crianças com deficiência e dois professores (professores 3 e 4) afirmaram que SIM, que estão preparados para trabalhar com crianças com deficiência.

Podemos observar que esses dois professores, 1 e 2 apresentam dúvidas quanto a formação adequada para trabalhar com crianças com deficiência e quanto à quantidade de pessoal envolvida nas atividades.

Nas palavras dos professores eles não estão preparados, pois a educação inclusiva “é um desafio muito grande” (professor 1); “é muito complicado” (professor 2). Para esses docentes a inclusão escolar está muito distante da formação pedagógica dos professores.

Em pesquisa semelhante Campos (2010, p.25) encontrou que 50% dos professores pesquisados não se sentiam preparados para lidar com alunos com deficiência.

No entanto, acreditamos, para que a prática da educação inclusiva possa se efetivar de forma significativa para todas as crianças, entende-se que há a necessidade de se fazer à articulação entre as políticas educacionais, entre as concepções de aprendizagem e de crianças que o professor tem, referendado por um aporte teórico-metodológico, e pela formação contínua e continuada. E a ausência desses cursos de formação inicial ou continuada distancia o professor de uma escola inclusiva, de uma escola realmente democrática. .

Autores como Pietro (1998) e Cartolano (2006) e ressaltam essa perspectiva quando afirmam que os conhecimentos sobre a educação de crianças com deficiência “não podem ser de domínio apenas de alguns ‘especialistas’, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos”.

Ainda acerca do compartilhamento do conhecimento Ferreira (2006), afirma que.

Espera-se hoje que a professora seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberta a práticas inovadoras. No novo perfil, a professora deve adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc...) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações. (2006, p. 231)

Dois professores disseram sim, porém para se chegar a uma educação inclusiva necessitam de muito mais estudos e formações.

3.2 ANÁLISE DA SEGUNDA PERGUNTA

A segunda pergunta (O que você acha necessário para trabalhar com essas crianças com deficiência?) teve por objetivo conhecer o que os docentes consideram necessário para a realização de um bom trabalho com crianças com deficiência.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente à pergunta supracitada.

QUADRO 2 O QUE ACHA NECESSÁRIO PARA TRABALHAR COM ESSAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
[...] “é complicado se não temos uma formação específica para trabalhar”.	“não me sinto preparada para trabalhar, pois tem vários tipos de deficiência muito difícil de trabalhar sem ter uma formação específica para isto”.	[...] ajuda de outros profissionais, como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e uma equipe multidisciplinar para todos os tipos de deficiência”.	Trocas de experiências em educação inclusiva, curso de especialização ou até mesmo mestrado na área.

Fonte: dados da pesquisa

Os professores 1, 2 e 4, segundo suas respostas, no geral, não se sentem preparados para trabalhar com inclusão, enquanto o professor 3 sugere a falta de uma equipe multidisciplinar para facilitar o trabalho.

Destaco dentre os quatro professores a resposta do professor 1. Este professor não especificou, pois julga que trabalhar com crianças com deficiência seja “complicado se não temos uma formação específica”.

De acordo com dados apresentados no Quadro 2 para se trabalhar com alunos com deficiência precisamos muito mais que apenas giz e quadro branco, precisamos de uma formação na área de educação inclusiva que se propõe a criar condições e disponibilizar recursos para que os sistemas de ensino estaduais e municipais garantam a todas as crianças o acesso ao ensino regular, a participação, a aprendizagem e a continuidade em todos os níveis de ensino.

Abaixo, a tabela 2, descreve os equipamentos disponíveis em cada uma das sete escolas municipais do Crato.

TABELA 2 EQUIPAMENTOS PRESENTES NAS ESCOLAS QUE ATENDEM O AEE NO CRATO-CE

Quantidade Especificadas pelo MEC	Discriminação	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7*
2	Microcomputadores	D	D	D	D	D	D	D
1	Laptop	N**	D	D	D	D	D	D
1	Estabilizador	D	D	D	D	D	D	D
1	Scanner	D	D	D	D	D	D	D
1	Impressora laser	D	D	D	D	D	D	D
1	Teclado com colmeia	D	D	D	D	D	D	D
1	Acionador de pressão	D	N	D	N	N	D	D
1	Mouse c/entrada p/acionador	D	N	D	N	N	D	D
1	Lupa eletrônica	D	N	D	D	D	D	D

Fonte – Secretaria de Educação do Crato-CE

D=disponível; N=não disponível.

**** equipamento furtado, foi registrado Boletim de Ocorrência.**

As escolas do Crato, em sua maioria possuem a sala do tipo I em funcionamento, no entanto o espaço físico não é adequado na maioria delas. Em três delas o mouse com entrada para acionador e o acionador de pressão não estão existe. A sala do tipo II, que é destinada para atender os alunos com deficiência visual, não existem em nenhuma das escolas.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento educacional especializado - AEE.

As salas tipo I e de tipo II, conforme especificações técnicas dos itens (Anexos III, IV, V, VI), organizam-se conforme descrito abaixo:

TABELA 3 ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA SALA TIPO I:

Equipamentos	Material didático/Pedagógico
02 microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colmeia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Ideias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.

A sala de tipo II, Tabela 3, contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme abaixo:

TABELA 4 ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA SALA TIPO II

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
--

01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.

Sartoretto (2010) cita como principais instrumentos para a efetivação dessa política que norteia o AEE, que se realiza através das salas de recursos multifuncionais;

a formação inicial e continuada dos professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para uma visão de escola inclusiva; a participação da família e da comunidade na construção e no acompanhamento do projeto político-pedagógico da escola; e a utilização dos recursos de acessibilidade na arquitetura dos prédios, nos meios de transporte e locomoção, no mobiliário, na comunicação, na informação e na aprendizagem.

A partir da análise da segunda pergunta depreendemos que os professores não se sentem seguros quanto a sua capacidade para lidar como os alunos com deficiência, atribuindo à formação o “algo” necessário para trabalhar com crianças com deficiência.

3.3 ANÁLISE DA TERCEIRA PERGUNTA

Em seguida para dar prosseguimento à pesquisa, perguntamos: se havia uma preocupação apresentada com relação à inclusão das crianças com deficiência nas atividades da escola? Com o objetivo de identificar a sintonia da escola com as disposições do Decreto Nº 6571, especialmente no tocante ao seu Artigo 2º⁵.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 3 HÁ UMA PREOCUPAÇÃO APRESENTADA COM RELAÇÃO À INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ATIVIDADES DA ESCOLA?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Sim sempre há uma preocupação da escola	Sim, trabalhamos de forma interdisciplinar	Não a escola ainda deixa muito a desejar,	Trabalho interativo com a família e os projetos

⁵ Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

com a inclusão de todos.	para acabar com a discriminação.	pois não tem profissionais capacitados para atuar com estes alunos.	desenvolvidos ajuda a inclusão de crianças na escola.
--------------------------	----------------------------------	---	---

Fonte: Dados da pesquisa

Como podemos observar dois professores (professores 1 e 2) disseram que SIM, que há sempre uma preocupação da escola para se trabalhar com a inclusão.

O desafio, segundo as respostas desses professores, é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todas as crianças e capaz de atendê-las, levando em consideração suas situações pessoais, suas particularidades, e as características de muitas vezes caracterizam sua aprendizagem dada a importância de sua deficiência, e requeiram estratégias pedagógicas diferenciada, mas não de exclusão nem com mudança de currículo.

A participação de crianças com deficiência na escola é um direito (BRASIL, 1996),

que para ser acessado depende, entre outros aspectos, da articulação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, destinação de recursos humanos e materiais e formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana do ensino.

Vale à pena ressaltar que a política de inclusão de pessoas com deficiência na escola comum, até pelo fato de ser relativamente recente, pode às vezes incorrer em alguns equívocos; um deles é o de se confundir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais com laboratórios de aprendizagem, imaginando que seja a mesma coisa.

De acordo com Sartoretto (2010):

o laboratório de aprendizagem e atendimento educacional especializado diferenciam-se profundamente: o atendimento educacional especializado é um serviço oferecido *aos alunos com deficiências* e que, tem seu enfoque na disponibilização de recursos, materiais, equipamentos e estratégias destinados a eliminar ou superar as barreiras decorrentes de uma deficiência específica e que impedem ou dificultam a aprendizagem e o acesso ao conhecimento. Desse modo, o atendimento educacional especializado não trabalha com enfoque nos conteúdos curriculares e nem com atividades semelhantes às da sala comum. Já nos laboratórios de aprendizagem, os conteúdos escolares são trabalhados e através de atividades variadas, que atendam ao estilo e ao ritmo de aprender de cada aluno, possibilitem a eliminação dos problemas que temporariamente estão dificultando a aprendizagem.

Ou tentar às vezes incluir, forçadamente todas as crianças em nas mesmas atividades, sem considerar suas particularidades, seus limites, seus desejos. Isso também é um equívoco, pois devemos respeitar a individualidade de cada criança independente de ter deficiência ou não.

3.4 ANÁLISE DA QUARTA PERGUNTA.

Perguntamos na quarta pergunta: Quais os serviços, apoio, oferecidos pela escola destinados a uma educação inclusiva? Com objetivo de identificar os serviços e apoios que a escola oferece que promovam a inclusão.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 4 QUAIS OS SERVIÇOS, APOIO, OFERECIDOS PELA ESCOLA DESTINADOS A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos.	Psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos.	Temos sala de AEE, e projetos para educação inclusiva.	Trabalho interativo com a família e os projetos desenvolvidos.

Fonte: Dados da pesquisa

Como podemos observar que a educação inclusiva ainda, segundo a perspectiva desses professores, anda a passos lentos nas escolas; que a cada dia e ainda têm uma equipe reduzida ou números de profissionais com pouca formação.

Conforme os professores 1 e 2 a educação inclusiva se faz, também mediante a poios técnicos e clínicos, como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos.

Ressaltamos que pela fala resumida dos professores não podemos registrar/evidenciar como este acompanhamento é realizado: se é semanal, mensal ou encaminhamento para a secretaria de educação por meio de parcerias com a secretaria de saúde.

Conforme os professores 3 e 4 a escola tem projetos voltados à educação inclusiva com a preocupação de envolver além dos profissionais a família como aliado na construção de uma escola inclusiva. Campos (2010) em pesquisa acerca da inclusão verificou que uma das grandes dificuldades da família é a questão dos pais trabalharem em período integral e residirem em local de difícil acesso à escola.

Atender às necessidades que caracterizam algumas das deficiências, dependendo da importância desta, supõe, portanto, mudar o olhar da escola,

preconizando não a adaptação da criança a ela, mas a adaptação do contexto escolar a criança.

Segundo, Sartoretto (2010) o AEE, dentro das escolas, deve ser realizado

mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Esta questão proporcionou a verificação de que as escolas apesar de oferecer alguns serviços de apoio ainda não conseguem satisfazer as necessidades de atendimento aos que dependem destes serviços.

3.5 ANÁLISE DA QUINTA PERGUNTA.

Perguntamos na quinta questão: Como são realizados esses serviços de apoio? Há uma participação de toda a comunidade escolar? E Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 5 COMO SÃO REALIZADOS ESSES SERVIÇOS DE APOIO? HÁ UMA PARTICIPAÇÃO DE TODA A COMUNIDADE ESCOLAR?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Não possuímos este apoio.	Por meio de reuniões com os pais.	Quando a criança com deficiência chega à escola e encaminhada para a sala de AEE.	Sim, pais e professores buscam junto realizar um trabalho que faça a diferença.

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo dados da pesquisa o professor 1 fala que não possui este apoio, segundo o professor (2) através de reunião e os professores (3 e 4) falam que este apoio acontece através de encaminhamento ao AEE e trabalho coletivo com os docentes. A partir da análise da opinião dos professores depreendemos que os recursos estão mais presentes no atendimento do AEE do que nas salas comuns. Uma vez que os professores 1 e 2 fazem parte da sala comum, constatamos a falta de recursos neste tipo de sala, ao contrário no AEE, aonde os recursos são mais presentes.

A participação da comunidade é de extrema importância para o sucesso da educação inclusiva:

Esta nova escola(a escola inclusiva), que acolhe e não discrimina que entende que não existem turmas homogêneas, que reconhece e valoriza a diversidade, que trabalha ancorada nos fundamentos do multiculturalismo recebeu a denominação de escola inclusiva, que é uma escola que recebe e dá condições para que os alunos saiam dela capazes de entender e respeitar uns aos outros e a escola sozinha não consegue transformar o mundo, o apoio da comunidade é essencial neste processo (SARTORETTO, 2010).

Encarar a criança, os problemas da criança com deficiência e suas relações familiares e sociais tornam-se uma tarefa difícil, uma vez que as estratégias de lida com este tipo de situação são relativamente novas. O ambiente familiar é importante e pode contribuir para o desenvolvimento e crescimento de uma criança, seja ela com deficiência ou não.

Com o objetivo de promover a inserção social das pessoas com deficiência e de combater qualquer forma de discriminação em relação a elas, um processo de inclusão baseado no princípio de igualdade de direitos vem se instalando nas últimas décadas, valorizando em primeiro lugar o reconhecimento e o respeito às diferenças.

3.6 ANÁLISE DA SEXTA PERGUNTA.

A sexta pergunta do questionário foi: Qual sua opinião sobre os serviços oferecidos pela escola às crianças, público alvo da educação especial? Que tem como objetivo identificar a opinião do professores acerca dos serviços oferecidos pela escola com as crianças com deficiência.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 6 QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA ESCOLA ÀS CRIANÇAS, PÚBLICO-ALVO

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Tem escolas que já contam com profissionais capacitados.	E dado apoio profissional e material.	Não temos muito apoio da secretaria de educação.	Positivo, uma vez que todos frequentam ativamente os trabalhos sugeridos.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os professores (1, 2 e 4) têm escolas que já contam com profissionais capacitados e material de apoio, porém outro dado apontado pelo professor 3, este relata que falta apoio da Secretaria de Educação do município.

Atribui-se aos professores, de acordo com Alarcão (2001, p.11-12), “exalta o novo papel como atores sociais responsáveis em sua autonomia, críticos em seu

pensamento e exigentes em sua profissionalidade coletivamente assumida”. E complementa que ao mesmo tempo, impõe-se uma nova forma de gestão, em que os dirigentes escolares devem assumir uma liderança mobilizadora de vontades e ideias partilhadas e efetiva gestão de serviços e recursos.

Em pesquisa semelhante, Granemann (2005) chegou a conclusão de que os professores por ela entrevistados “também expressaram preocupação com a estruturação oferecida pelos serviços de apoio da área”. Em 10,47% das respostas foram destacadas algumas dificuldades a superar, dentre elas, a melhoria da qualidade dos atendimentos, a frequência mais assídua das crianças aos mesmos, o “despreparo dos professores atuantes nesses serviços, a constante troca de professores, a falta de interação entre o professor do ensino regular e do ensino especial”.

A partir das respostas evidenciamos que ainda existam entraves quanto aos serviços oferecidos pela escola às crianças, público-alvo, tais como falta de recursos nas salas comuns, falta da implantação da sala tipo II em todas as escolas do Crato-CE que atendem alunos com deficiência e muitos dos recursos exigidos pela legislação na composição na sala do tipo I não estão disponíveis, como o mouse com entrada para acionador e o acionador de pressão, dentre outros.

3.7 ANÁLISE DA SÉTIMA PERGUNTA.

A sétima pergunta era: Em sua opinião a escola é o lugar mais apropriado para a aprendizagem das crianças? Com o objetivo de identificar a importância da escola no processo de ensino aprendizagem.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 7 EM SUA OPINIÃO A ESCOLA É O LUGAR MAIS APROPRIADO PARA A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Sim a escola é o ambiente mais propicio para a atividade.	Sim, desde que tenha acompanhamento adequado.	Sim, se este tiver o acompanhamento adequado.	Sim a escola é o ambiente mais propicio para a atividade.

Fonte: Dados da pesquisa

Todos os professores envolvidos na pesquisa acreditam que sim, que a escola é o lugar onde as crianças com deficiência serão capazes de aprender, de interagir e apreender.

Se admitirmos que a missão da escola vá muito além da mera transmissão de informações, que só se realiza plenamente na construção da cidadania através do acesso ao conhecimento, torna-se claro então que mudanças muito radicais deverão ser implementadas para que o processo de inclusão, que hoje no Brasil se ancora nas políticas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, saia do papel e se torne realidade.

Como diz Mantoan (1997): "Cabe á escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos e exigir dela uma transformação". A autora exemplifica que nessa perspectiva a instituição escolar deve se preparar para receber e atender as necessidades dos seus educandos, para que possa inserir nas classes regulares crianças e jovens com necessidades especiais e possibilitá-los um desenvolvimento integral.

Nunes (2011), relata que mesmo com uma legislação favorável à educação inclusiva, e uma significativa mudança de postura da sociedade perante as crianças com deficiência, em função de uma nova ordem mundial, que busca o respeito ao ser diferente, especifica que ainda há muito a ser feito, principalmente por parte das escolas. E complementa que as instituições precisam tomar procedimentos de modificação do ambiente físico como também na proposta curricular, promovendo mudanças na didática das aulas, revendo a maneira de avaliar e reavaliando os conteúdos.

Para tanto, é preciso um trabalho em equipe dentro das escolas. Essa não é só uma responsabilidade dos professores de crianças com deficiência, mas da escola como um todo.

3.8 ANÁLISE DA OITAVA PERGUNTA.

A oitava questão era: Você acha que uma criança com deficiência pode prejudicar o andamento da turma? Tem como objetivo verificar o grau de conhecimento do professor sobre a criança com deficiência e sua concepção de que ela pode ou não atrapalhar o andamento da turma.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 8 VOCÊ ACHA QUE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA PODE PREJUDICAR O ANDAMENTO DA TURMA?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
De jeito nenhum.	Sim pode atrapalhar se ele não tiver o acompanhamento	Não, se este tiver o acompanhamento adequado.	De forma alguma.

	adequado.		
--	-----------	--	--

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os professores (1, 3 e 4) eles não atrapalham de foram alguma, ao contrário pode gerar na turma uma experiência de colaboração e respeito às diferenças porem o professor (2) relatou um fato importante quando colocou que ele pode atrapalhar se não tiver o acompanhamento adequado.

Para os professores 1,3, e 4 as crianças, se modo geral, com e sem deficiência, ajudam a construir uma escola verdadeiramente inclusiva; sendo esta aquela voltada para a atenção as diferenças (FIGUEIREDO, 2010), onde todos aprendem independentemente de suas necessidades ou características, mas sim, a partir do reconhecimento e da valorização das diferenças.

Segundo Pereira e Vitarele (2011) o percentual da população com algum tipo de deficiência é de 14,5%. Citando que estas pessoas, somente após um século de exclusão, perseguição e discriminação, essas pessoas começam é que tiveram seus direitos garantidos, ao menos, na forma da lei.

A filosofia da inclusão implica a “transformação de relações sociais estabelecidas e sedimentada entre grupos humanos valorizando em primeiro lugar a diversidade” (GLAT, 1995, p. 17).

Pereira e Vitarele (2011) sugerem um olhar mais educacional e menos patológico sobre a criança com deficiência, acreditando ser imprescindível que o sistema educacional se organize se estruture de forma que essas pessoas tenham o acesso e a permanência na escola regular.

Para obtermos uma educação realmente inclusiva, a escola deve contar com a participação de todos os envolvidos: funcionários, professores, comunidade e, principalmente, os pais e familiares.

De acordo com a fala dos professores pesquisados a criança com deficiência só vai chegar a atrapalhar uma sala de aula se este estiver sem um acompanhamento adequado.

3.9 ANÁLISE DA NONA PERGUNTA.

A penúltima questão era: Quais os avanços que os serviços de apoio oferecidos pela escola trouxeram as crianças publico alvo da educação especial? Tem como

objetivo verificar quais os avanços nos serviços de apoio trouxeram as criança com deficiência.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 9 QUAIS OS AVANÇOS QUE OS SERVIÇOS DE APOIO OFERECIDOS PELA ESCOLA TROUXERAM AOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Estimulo ao desenvolvimento da aprendizagem.	Maior entrosamento.	Inclusão social.	Estão capacitando melhor os profissionais. A sala de AEE foi uma grande ajuda para maior acompanhamento da criança.

Fonte: Dados da pesquisa

Como podemos observa no quadro 9 os serviços de apoio trouxeram estímulo e desenvolvimento a aprendizagem, maior entrosamento, inclusão Social.

Com isso ressaltamos que a construção da cidadania só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação dos diferentes grupos de que é formada a sociedade: ricos e pobres, pessoas com diferentes credos, de diferentes raças, com saberes diferentes, pessoas sem deficiências - se é que elas existem - e pessoas com deficiências. A escola tem evoluído muito nesse sentido, o atendimento educacional especializado deve estar presente em todas as etapas e modalidades da educação básica, e se destina a apoiar o desenvolvimento das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Oliveira (2009) sugere que o Atendimento Educacional Especializado, no contexto da temática da educação inclusiva, necessita de procedimentos e apoios paralelos ao ensino regular, para que alunos com deficiências tenham um bom desenvolvimento educacional, e conseqüentemente ter autonomia sobre o conhecimento adquirido na escola. Portanto, esse atendimento e as salas de recursos visam promover ao pleno desenvolvimento das potencialidades das crianças com deficiência.

Assim, Santos (2003, p.458) afirma que “[...] temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (*apud* FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN; p. 25, 2007), leva a reflexão de que de fato os serviços de apoio, ressaltam o olhar para a necessidade de mudanças de conceitos e práticas educacionais e leva a repensar a educação que está sendo oferecida às crianças sejam com deficiência ou não.

Por isso a importância dos serviços de apoio, para possibilitar ações que permitam mudar as formas ultrapassadas de ensino e poder valorizar as diferenças e, assim, crescer com elas.

3.10 ANÁLISE DA DÉCIMA PERGUNTA

Para finalizar os questionários perguntamos sobre os principais entraves dos serviços/apoio oferecidos aos alunos. Com objetivo de verificar os avanços e as dificuldades serviços/apoio oferecidos aos alunos.

Abaixo segue as repostas de cada professor referente a pergunta supracitada.

QUADRO 10 SOBRE OS PRINCIPAIS ENTRAVES DOS SERVIÇOS/APOIO OFERECIDOS AOS ALUNOS?

PROF. 1	PROF. 2	PROF. 3	PROF. 4
Apoio financeiro.	Falta de apoio.	Cursos de capacitação. Apoio da família.	Formação profissional.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os professores (1 e 2) o apoio que mais deixa a desejar é o aspectos financeiros e o apoio por parte de todos os envolvidos no processo. De acordo com as respostas dos professores (3 e 4) volta a se falar de apoio e formação profissional.

Legalmente, muitas conquistas foram alcançadas; entretanto, é necessário que tais conquistas, expressas na lei, possam ser efetivadas no cotidiano escolar.

A luta pela integração social e pela inclusão escolar das crianças com deficiência foi um avanço social importante se comparado às práticas dos tempos de segregação.

De fato, avançou-se de uma quase completa inexistência de atendimento de qualquer natureza à implementação de políticas de integração social. Mas o como incluir ainda se constitui na maior preocupação dos pais, professores, estudiosos e pesquisadores da área da Educação Especial.

Nos questionários aplicados aos professores identificamos, que estes profissionais apontam a falta de apoio financeiro, capacitações profissionais, e cursos de formação e apoio da família como um grande desafio para a construção de um processo de ensino aprendizagem satisfatório para as crianças com deficiência.

Com relação ao papel da família, Glat (2004, p.2) cita que a presença de um “membro com deficiência impõe a esta a extensão das adaptações e acomodações e que inclui desde transformações internas de caráter afetivo, temporal e / ou econômico, até as requisitadas pela interação com as forças externas, oriundas da sociedade mais ampla”. Estas adaptações e acomodações são geralmente produzidas pela falta de oportunidades, nas atitudes preconceituosas e nos rótulos aos quais, o indivíduo assim como os demais membros estão sujeitos nas suas relações sociais extra familiares. E complementa que a dificuldade de inclusão da pessoa com deficiência, a marginalização se estende à família que, passa a ser estigmatizada “por contaminação” (GLAT, 1995). O autor ainda frisa que o resultado é o “isolamento de muitas famílias, o que, por sua vez, reforça os padrões de superproteção, fazendo com que a condição especial do indivíduo seja ‘hiperdimensionada’”, chamando a atenção mais para suas limitações do que para suas capacidades e aptidões. Mais grave, ainda, frequentemente, a família se estrutura de tal forma em torno desse membro dito especial, que todas as necessidades e dificuldades dos outros são minimizadas ou, até mesmo, descuidadas (GLAT, 1996).

Carneiro (2007) afirma que a inclusão

é um direito fundamental. Nessa perspectiva, a escola inclusiva é o lugar natural de acesso e permanência educacional de todos os alunos. Daí, a denominação de escola regular e de rede regular de ensino. Assim, inclusão no espaço da escola é algo muito mais amplo, que envolve a reestruturação dos espaços físicos, das atitudes, da cultura, da sociedade, da família e dos processos de ensino-aprendizagem.

A partir da análise das sugestões dos autores e da situação enfrentada pelas famílias a presença de um membro com deficiência deve ser encarada como algo natural, para que seu desenvolvimento cognitivo não sofra influência da segregação e do olhar diferente, quanto mais a situação for enfrentada com normalidade, mais fácil será a inclusão desta pessoa com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados levantados nesta pesquisa podemos considerar que a escola inclusiva é aquela que acolhe a todos e atende às especificidades de todos os alunos com suas particularidades, buscando estratégias e abordagens metodológicas que possibilitem que todos os indivíduos aprendam e se sintam partícipes no processo educacional.

Assim, o foco da presente pesquisa foi a identificação dos avanços e dos entraves do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças com deficiência que fazem parte da rede pública municipal de Crato a partir do discurso dos professores, bem como conhecer o conceito de inclusão escolar desses professores. Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário com 10 perguntas relacionadas ao foco da pesquisa supracitado.

Entre os dados, o estudo revelou que, apesar de adeptas à proposta de inclusão, os professores não se sentem preparados para trabalhar com crianças com deficiência.

Conforme os objetivos do trabalho, e a partir da análise da opinião dos professores, foi observado que as ações do AEE na escola não cumprem na totalidade o que está disposto na legislação, Decreto 6.571, uma vez que diversos dispositivos legais referentes principalmente ao seu artigo 3º, ou seja, quanto ao cumprimento das ações de formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e formação de gestores, professores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.

Autores com os quais dialogamos durante o trabalho, como Bueno (1999), Glat e Nogueira (2002), entre outros, já haviam apontado nessa direção, ao ressaltar que os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo e/ou suficiente para trabalharem com crianças que apresentem deficiências. Não pretendemos aqui fazer um julgamento dessas organizações. Sem dúvida, essa foi a melhor forma que os professores, encontraram para trabalhar com sua turma. Mas tais considerações evidenciam a urgente necessidade de possibilitar aos professores regulares capacitação sobre a proposta da Educação Inclusiva, já que a maioria não se sente preparada para tal.

Também foi observado que ainda hoje, um dos entraves para a construção de uma escola inclusiva e para o desenvolvimento do AEE para as crianças com deficiência deste município, segundo a mostra de professores, são a falta de apoio financeiro, capacitações profissionais, e cursos de formação e apoio da família são elencado como um grande desafio para a construção de um processo de ensino e de aprendizagem satisfatório para as crianças com deficiência.

O atendimento educacional especializado tem grande importância para ajudar a criança com deficiência se desenvolver na vida escolar, pessoal, social e favorecer a sua inclusão na escola, o que dificulta como podemos constatar na pesquisa realizada na escola é a falta de preparação por parte dos profissionais para atender alunos com deficiências.

Porém, algumas das escolas da rede municipal de ensino do Crato estão recebendo o material da sala de recursos multifuncionais, bem como formação continuada que também contribuirá bastante para o desenvolvimento do trabalho e para favorecer o aprendizado das crianças com deficiência, pois contém material diversificado e próprio para cada deficiência. Entretanto, é importante destacar que a formação continuada para os professores é de extrema importância, devendo acontecer em escalas não apenas para quem está em uma sala de AEE, mas para todos os professores e funcionários.

Com efeito, faz-se necessário destacar a relevância do desenvolvimento de pesquisas na área de Educação Inclusiva, que privilegiem uma reflexão originada do interior das salas de aula. Esta, entretanto, deve ter como foco não somente diagnosticar uma realidade que está posta no cotidiano escolar, mas, a partir das dificuldades encontradas, propor, juntamente com os profissionais da escola, alternativas pedagógicas curriculares, pautadas no desejo de construir um trabalho que contribua efetivamente para a transformação das condições de vida e educação deste grupo de sujeitos historicamente marginalizados, garantindo seu direito à igualdade, a partir de suas diferenças individuais.

Apesar dos entraves listados pelos professores como falta de formação, restrição de recursos, dentre outros, não se pode negar que ocorreram avanços no atendimento educacional especializado nesta escola do Crato-CE, bem como no atendimento de forma geral, tais como estímulo e desenvolvimento a aprendizagem, maior entrosamento, e inclusão Social.

Os estudos quanto à avaliação do AEE são muito recentes. Portanto, nosso objetivo nem de longe foi de esgotar o tema, muitas lacunas ainda tem que ser preenchidas quando se fala do desempenho do AEE nas escolas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise; GOTTI, Marlene; GRIBOSKI, Claudia; DUTRA, Claudia. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BATTAGLIA, L. Inclusão Escolar: Práticas e compromissos. São Paulo, Editora Globo, 2009.

BAUMEL, Roseli. C. R. de. Formação de professores: algumas reflexões. In: BAUMEL, R. C.; RIBEIRO, Maria Luisa (orgs). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

BRASIL, MAS/CORD. Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 1984

BRASIL, MEC/SEF. Plano Decenal de Educação para todos. Brasília, 1993.

BRASIL/MEC/SEESP. Política de Educação Especial. Brasília, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no D.O.U, em 23/12/1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.172, 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.. Publicada no D.O.U, em 10/01/2001.

BRASIL, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Atendimento educacional especializado. Eugenia Augusta Gonzaga Saveiro, Brasília SEESP/SEED/MEC Brasília Distrito Federal 2007.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial – MEC, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Ministério da Educação- Brasília: MEC, 2002.

CAMPOS, Marlei. S. Inclusão de crianças cadeirantes em uma escola do Município de Ipatinga – MG: Estudo de Caso. Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB – Polo de Ipatinga – MG, 2011.

CAPPO D 2002, Social inclusion initiative. Social inclusion, participation and empowerment. Address to Australian Council of Social Services National Congress 28-29 November, 2002, Hobart.

CARNEIRO, M. A. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

CARTOLANO, Maria Teresa. Formação do educador no curso de pedagogia: A educação especial. IN: Cadernos CEDES, nº 46 – Setembro, 1998. UNICAMP/Campinas, São Paulo.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação. 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. Disponível em www.fecap.br Acesso em 23/12/2013.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades especiais. Brasília: S.1.1994.

DELORS, J. Educação um Tesouro a Descobrir. Brasília, D.F. E.C: UNESCO, 2002.

DULTRA, M. C. Inclusão social da pessoa com deficiência: uma questão de políticas públicas. In. Ensaios pedagógicos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 18, n.31, jul.-dez.-2008, p.53-72.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Centro Brasileiro para a infância e Adolescência. Ministério da Ação Social. Brasília, 1990.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. Aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: MEC/SEESP, 2007

FERREIRA, Cecília C. & FERREIRA, Júlio R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÔES, Maria Cecília R. de; LAPLANE, Lia F. de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas- SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

FERREIRA, Júlio R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. 2005.

FIGUEIREDO, Rita, BONETI, Lindomar W., POULIN, Jean-Robert (Org.). Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FONSECA, Vitor da. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. Formação e investigação. In: Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo. Cortez, 1996.

GARCIA, Aleksandra D. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE). E. M. Barão do Rio Branco, São João de Meriti. 2010 p.04.

GLAT, Rosana. A Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

_____. O papel da família na integração do portador de deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 2 (4), 111-119, 1996.

GLAT, R. Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. Anais do 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais, disponível em CDRom, Belo Horizonte/MG, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANEMANN, Jucélia Linhares. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta necessária e em ascensão – Universidade Católica Dom Bosco, MS - UFMS GT: Educação Especial / n.15.

GRINSPUN, M.P.S.Z. As práticas dos orientadores educacionais. São Paulo Cortez Editora, 2001.

_____. A Orientação Educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo. Cortez Editora, 2002.

HORA, D. L. Gestão Democrática na Escola. São Paulo. Papirus. 2002.

JORNAL DA DIVISA. 31/05/2003 E 01/06/2003 – Gabriel Chalita. Congresso de Educação Inclusiva Faculdades Integradas de Ourinhos.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alterativa, 2003.

LOUREIRO, Maria Albanice Ramos; SANTOS, Maria Dorotea de J. Mourão Santos. Educação Especial: Inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares. Belém: 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU: 1986.

MANTOAN, Maria T, E. Compreendendo a Deficiência Mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Ed. Scipione, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa E. A integração da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Memnon, 1997.

_____, Maria Tereza E. *INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER?* São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em http://incluirmeduca.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html >Acesso em 03/12/2012, às 22:45h.

_____, Maria Tereza. Sala de Recursos Multifuncionais & Inclusão escolar. Disponível em <http://incluirmeduca.blogspot.com.br/search?q=mantoan> acesso 23/12/2012.

_____, M. T. É. *Inclusão Escolar: O que é, Por que é? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

_____. PRIETO, Rosângela, G. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

_____. *E. Escola, diferença e inclusão 2010*. Fortaleza. UFC

_____. *A educação escolar: comum ou especial*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1988.

_____. *Atitude da escola frente à integração do portador de deficiência*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1994.

MAZZOTA, M.J.S. *Fundamentos da Educação Especial*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

MENDES, E, G. Problemas e perspectivas da educação inclusiva no Brasil. In: ROIO, M. D. A. *Universidade entre o conhecimento e o trabalho: dilema das ciências*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2005, pp247-278.

MENDES, Geovana M. L. Nas trilhas da exclusão: as práticas curriculares da sala de aula como objeto de estudo. In: BUENO, José, G. S; MENDES, Geovana L.; SANTOS, Roseli A. *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara, SP: Junqueira e Marin editores, 2008; Brasília, DF: CAPES, 2008.

MITTLER, P. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed; 2003.

NEBES, Neide Nicesio M.O processo de exclusão social nas aulas de Educação Física. Londrina, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em educação física-licenciatura) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

NERES, Celi Corrêa. *Educação especial do portador de necessidades especiais, para quê? O caso de Campo Grande*. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 1999.

NISBET, B. Educational reform: Summary and recommendations. In *National reform agenda and people with mental retardation: Putting people first* (151-165). Washington, DC: president's Committee on Mental retardation, 1994.

NUNES, R. Veras. *Educação especial x escola inclusiva, o processo de inclusão no contexto do ensino regular*. Faculdades Integradas de Várzea Grande, CEPEC-MT

Centro de Pós-Graduação e Capacitação de Mato Grosso, Diretoria de Pós-Graduação. TANGARÁ DA SERRA – MT, novembro de 2011.

ODOM, S. L.; DIAMOND, K. E. Inclusion of Young Children with Special Needs in Early Childhood Education: The Research Base. *Early Childhood Research Quarterly*. 13 (1), 3- 25, 1998.

OLIVEIRA, Mércia, A. C. Práticas de professores do ensino regular com alunos surdos inseridos: entre a democratização do acesso e permanência qualificada e a reiteração da incapacidade de aprender. In: BUENO, José, G. S; MENDES, Geovana L.; SANTOS, Roseli A. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara, SP: Junqueira e Marin editores, 2008; Brasília, DF: CAPES, 2008.

OLIVEIRA, D. R. Atendimento Educacional Especializado no Município. de Paranaíba/MS: da concepção à prática Anais do 7º ENIC. UEMS. 2009.

PARASURAMAN, A. Marketing resarch. 2 ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991. Apud CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. Op cit.

PAULON, S. M.. Documento subsidiário à política de inclusão / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p. 1. Educação inclusiva. 2. Educação de alunos com deficiência mental. I. Freitas, Lia Beatriz de Lucca. II. Pinho, Gerson Smiech. III. Brasil. Secretaria de Educação Especial. CDU: 376

PEREIRA Gimenes & Vitarele Raquel. A criança especial: união família e escola no município de Viçosa. 17/10/2010. Disponível em <http://www.conexaeventos.com.br/detalhe_artigo.asp?id=38> acesso em 23/12/2012.

PERRENOUD, Philippe. Dez Novas Competências Para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PESSOTI, Isaias. Deficiência Mental: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz 1984.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contra pontos/ Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Pietro; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

_____, MANTOAN, Maria T, E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

POULIN, J-R. *O conceito de contribuição na escola*. IN: FIGUEIREDO, R. V. BONETI, L. W; POULIN, J-R. Novas luzes sobre a inclusão escolar. Fortaleza, Editora da Universidade Federal do Ceará, 2010.

QUATRIN, Louise Bertoldo. Inclusão escolar e concepções docentes: do desejo idealizado à realidade prática. Revista “Educação Especial” n. 31, p. 49-62, 2008, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>

RIBEIRO, Maria Luisa, S. Perspectivas de escola inclusiva: algumas reflexões. In: _____, S. ; BAUMEL, R. C.; RIBEIRO, Maria Luisa (orgs). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

ROCHA, Halline Fialho da. O atendimento educacional especializado no processo de inclusão: relato de uma experiência na sala de recursos. Petrópolis, 2009. 41 p. Monografia (Especialização em Educação Especial) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de Educação, Departamento de Fundamentos em Educação, Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Educação Especial, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Cead, Petrópolis, 2009. Pedagogia em Foco. 2009

SAILOR, W. Inclusion. President's Commission on Excellence in Special Education. Research Agenda Task Force. Nashville, Tennessee, 2002.

SANTOS, B. S. de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos In: SANTOS, B.S. de . Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARTORETTO, atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem: o que são e a quem se destinam. Disponível em <http://assistiva.com.br/AEE_Laborat%C3%B3rios.pdf> acesso 23/12/2012.

SASSAKI, R.K. Inclusão construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA 1997.

SILVA, Camila Barreto. A Produção Escrita de Alunos com Deficiência Intelectual no Contexto da Mediação em Sala de Aula. 2012. Dissertation - Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Ceará PROPAG. *Advisor*: Adriana Leite Limaverde Gomes.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

http://www.afadportoalegre.org.br/left_bibliografia/livro_aee.pdf, acesso em 07/11/2012.

APÊNDICE

Cópia do questionário

Questionário aplicado aos professores de uma escola de rede municipal do Crato- CE:

Prezado (a) senhor (a):

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão das crianças com deficiência no tocante à educação desta instituição, situada no município do Crato-CE, solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima por uma educação mais humana e igualitária.

Portanto, solicito à gentileza que responda a um questionário com questões que contempla a sua concepção sobre educação inclusiva, seus principais desafios e sugestões

Para sua efetivação.

Comprometo-me com o código de ética profissional.

Atenciosamente,

Fernanda Maia Moreira

Aluna do curso de especialização em educação infantil, da Faculdade de Educação,
Universidade Federal do Ceará - UFC.

QUESTIONÁRIO

1. Você, professor da rede municipal do Crato-CE se sente preparado para trabalhar

Com alunos com deficiência? Por quê?

2. O que você acha que é necessário para trabalhar com eles?

3. Há alguma preocupação apresentada com relação à inclusão dos alunos com deficiência nas atividades propostas pela escola?

4. Quais são os serviços, apoios, oferecidos pela escola destinado à construção de Uma escola inclusiva?

5. Como são realizados esses serviços de apoio? Há a participação de toda comunidade Escolar?

6. Qual a sua opinião quanto aos serviços oferecidos pela escola às crianças, público. Alvo da Educação Especial?

7. Em sua opinião a escola é o espaço mais apropriado para a aprendizagem das crianças?

8. Você acha que um aluno com deficiência pode prejudicar o andamento da turma?

9. Na sua opinião quais são os avanços que os serviços / apoios oferecidos pela escola trouxeram aos alunos público alvo da educação especial ? _____

10. Em sua opinião quais são os principais entraves dos serviços / apoios oferecidos Pela escola aos alunos?

ANEXOS

PROF. L. AEE.

Entrevista com professores de uma escola da rede municipal do Crato-CE:

Prezado(a) Senhor (a),

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão dos alunos com deficiência no tocante à educação desta instituição, situada no município do Crato-CE, solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima por uma educação mais humana e igualitária.

Portanto, solicito a gentileza que responda a um questionário com questões que contemplam a sua concepção sobre educação inclusiva, seus principais desafios e sugestões para sua efetivação.

Comprometo-me com o Código de Ética Profissional.

Atenciosamente,

Fernanda Maia Moreira

Aluna do curso de especialização em educação infantil, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará – UFC.

QUESTIONÁRIO

1. Você, professor da rede municipal do Crato-CE se sente preparado para trabalhar com alunos com deficiência? Por quê? *1e.* É humano, diante de desafios sentir-se praco. Ainda não concebemos como "comum", o aluno com NEE em sala de aula, até porque sabemos que necessitam um amparo maior e materiais físicos e pedagógicos adequados.
2. O que você acha que é necessário para trabalhar com eles? Trabalhar com alunos com NEE, requer "ENVOLVIMENTO" Exige também um currículo voltado para a Inclusão.
3. Há alguma preocupação apresentada com relação à inclusão dos alunos com deficiência nas atividades propostas pela escola? VER RESPOSTA NO FINAL
4. Quais são os serviços, apoios, oferecidos pela escola destinado à construção de uma escola inclusiva? VER RESPOSTA NO FINAL
5. Como é realizado esses serviços apoios? Há a participação de toda comunidade escolar?

④ A Educ. Inclusiva independe de classe social, fator econômico e estética.

Ainda estamos longe dela. Porém, para a Educ. Especial, já temos discussões acerca do assunto, Participação em Seminários de Sensibilização, Salas de AEE, Formações destinadas à Professores da Educ. Especial, Acessibilidade nas Escolas, Materiais Pedagógicos adaptados.

Salta muito... Como estamos em construção, já demos alguns passos.

⑥ São poucos, pois o nosso município dispõe apenas de 2 salas de AEE que funcionam no contra-turno dos alunos e que atendem uma demanda muito grande de alunos de várias escolas. Na sala regular, na escola em que o aluno foi matriculado, e tem NEE, é tratado como outro aluno qualquer, sem diferenciação nas atividades diárias, ressaltando mais as suas potencialidades que as suas limitações.

④ Sim. A sala de aula é ambiente de cooperação e construção, em que, embora se conheçam as individualidades, ninguém fica isolado e todos desejam partilhar o conhecimento. Apesar de termos concorente: a televisão → ela é colorida... A sala de aula continua pálida.

- ⑩
- Salas de AEE insuficientes;
 - Professores desmotivados;
 - Pais com medo ou desinformados;
 - Espaço físico inadequado;
 - Grande número de alunos nas salas;
 - A avaliação não ser realmente contínua e sistemática.



PROF S SC

Entrevista com professores de uma escola da rede municipal do Crato-CE:

Prezado(a) Senhor (a),

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão dos alunos com deficiência no tocante à educação desta instituição, situada no município do Crato-CE, solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima por uma educação mais humana e igualitária.

Portanto, solicito a gentileza que responda a um questionário com questões que contemplam a sua concepção sobre educação inclusiva, seus principais desafios e sugestões para sua efetivação.

Comprometo-me com o Código de Ética Profissional.

Atenciosamente,

Fernanda Maia Moreira

Aluna do curso de especialização em educação infantil, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará – UFC.

QUESTIONÁRIO

1. Você, professor da rede municipal do Crato-CE se sente preparado para trabalhar com alunos com deficiência? Por quê?

Posso dizer que sim, embora falta muito para alcançarmos um aluno com deficiência.

2. O que você acha que é necessário para trabalhar com eles?

Falta muito nas profissionais, é o conhecer o aluno e a sua deficiência e é isso que precisa conhecimento e o querer.

3. Há alguma preocupação apresentada com relação à inclusão dos alunos com deficiência nas atividades propostas pela escola?

Na escola que trabalho, tudo que é planejado inclui as atividades com o aluno deficiente.

4. Quais são os serviços, apoios, oferecidos pela escola destinado à construção de uma escola inclusiva?

Temos a sala do AEE, temos projetos direcionados a educação inclusiva, onde temos a participação de toda comunidade escolar.

5. Como é realizado esses serviços apoios? Há a participação de toda comunidade escolar?

Todo ano temos um projeto direcionado aos alunos deficientes da nossa escola: surdos, síndrome de Down, caderante, nanismo...
Toda escola participam.

6. Qual a sua opinião quanto aos serviços oferecidos pela escola às crianças, publico alvo da Educação Especial?

Se tuéssemos mais apoio da Secretaria de Educação, quer dizer, mais enriquecimento e menos cobrança, seria bem melhor esse trabalho.

7. Em sua opinião a escola é o espaço mais apropriado para a aprendizagem dos alunos?

Toda aprendizagem começa no lar, a escola faz completa o que a família iniciou, ler, escrever...

8. Você acha que um aluno com deficiência pode prejudicar o andamento da turma?

Sim, se ele não tiver um bom acompanhante e um profissional que não saiba lidar com eles pode acontecer sim.

9. Na sua opinião quais são os avanços que os serviços/apoios oferecidos pela escola trouxeram aos alunos público alvo da Educação Especial?

A sala do AEE faz uma grande ajuda principalmente trabalhar a autonomia do aluno, e de acordo com a sua deficiência.

10. Na sua opinião quais são os principais entraves dos serviços/apoios oferecidos pela escola aos alunos?

O próprio sistema educacional, cursos para os profissionais para trabalhar de acordo com a deficiência.

Por exemplo, nessa escola temos mais de dez deficiências, e 21 alunos deficientes, entre eles: surdos, vários tipos de síndrome, baixa visão, caderante, entre outros.

E falta apoio para esses profissionais, esse é o maior obstáculo.

PROF. SE 1

Entrevista com professores de uma escola da rede municipal do Crato-CE:

Prezado(a) Senhor (a),

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão dos alunos com deficiência no tocante à educação desta instituição, situada no município do Crato-CE, solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima por uma educação mais humana e igualitária.

Portanto, solicito a gentileza que responda a um questionário com questões que contemplam a sua concepção sobre educação inclusiva, seus principais desafios e sugestões para sua efetivação.

Comprometo-me com o Código de Ética Profissional.

Atenciosamente,

Fernanda Maia Moreira

Aluna do curso de especialização em educação infantil, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará – UFC.

QUESTIONÁRIO

1. Você, professor da rede municipal do Crato-CE se sente preparado para trabalhar com alunos com deficiência? Por quê?

Não, porque é um grande desafio e muitos necessitam de profissionais especializados.

2. O que você acha que é necessário para trabalhar com eles?

Usar uma metodologia adequada, está preparada, tratá-los igualmente.

3. Há alguma preocupação apresentada com relação à inclusão dos alunos com deficiência nas atividades propostas pela escola?

Dá um sistema de apoio para lidar com as necessidades não só do aluno, mas também do professor, que ele esteja emocionalmente preparado

4. Quais são os serviços, apoios, oferecidos pela escola destinado à construção de uma escola inclusiva?

Quadro de professores capacitados para atender as suas necessidades, metodologia de ensino adequada.

5. Como é realizado esses serviços apoios? Há a participação de toda comunidade escolar?

especiais chegam à escola, são recebidos e encaminhados à AEE.

6. Qual a sua opinião quanto aos serviços oferecidos pela escola às crianças, público alvo da Educação Especial?

Creio que o Tema deficiência, em todas as escolas, ser mais discutido e também valorizado.

7. Em sua opinião a escola é o espaço mais apropriado para a aprendizagem dos alunos?

Sim, pois é na escola onde podemos "fazer amigos" e conhecer um pouco sobre o mundo, sobre a ciência, sobre a linguagem.

8. Você acha que um aluno com deficiência pode prejudicar o andamento da turma?

De jeito nenhum! Pelo contrário. Uma turma que convive com um aluno deficiente, só tem a aprender sobre a vida!

9. Na sua opinião quais são os avanços que os serviços/apoios oferecidos pela escola trouxeram aos alunos público alvo da Educação Especial?

10. Na sua opinião quais são os principais entraves dos serviços/apoios oferecidos pela escola aos alunos?

O preconceito às vezes da própria família, às vezes das comunidades ou ainda de vários profissionais da educação que desconhecem ou não se sensibilizam por questões como essas.

PROT SE 2

Entrevista com professores de uma escola da rede municipal do Crato-CE:

Prezado(a) Senhor (a),

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão dos alunos com deficiência no tocante à educação desta instituição, situada no município do Crato-CE, solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima por uma educação mais humana e igualitária.

Portanto, solicito a gentileza que responda a um questionário com questões que contemplam a sua concepção sobre educação inclusiva, seus principais desafios e sugestões para sua efetivação.

Comprometo-me com o Código de Ética Profissional.

Atenciosamente,

Fernanda Maia Moreira

Aluna do curso de especialização em educação infantil, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará – UFC.

QUESTIONÁRIO

1. Você, professor da rede municipal do Crato-CE se sente preparado para trabalhar com alunos com deficiência? Por quê?
Não, é complicado se não temos uma formação específica.
2. O que você acha que é necessário para trabalhar com eles?
Uma formação que venha sensibilizar e preparar o profissional para esse trabalho.
3. Há alguma preocupação apresentada com relação à inclusão dos alunos com deficiência nas atividades propostas pela escola?
Não, com relação a esse aspecto, acho que é tranquilo.
4. Quais são os serviços, apoios, oferecidos pela escola destinado à construção de uma escola inclusiva?
Encaminhamento ao AEE
5. Como é realizado esses serviços apoios? Há a participação de toda comunidade escolar?

Da comunidade escolar, sim.

6. Qual a sua opinião quanto aos serviços oferecidos pela escola às crianças, público alvo da Educação Especial?

Quase não há que os profissionais regulares não dispõe de uma formação específica.

7. Em sua opinião a escola é o espaço mais apropriado para a aprendizagem dos alunos?

Sim, na escola aprendemos a respeitar as diferenças e desenvolvemos nossos conhecimentos.

8. Você acha que um aluno com deficiência pode prejudicar o andamento da turma?

Não, desde que seja feito um trabalho com a turma de sensibilização.

9. Na sua opinião quais são os avanços que os serviços/apoios oferecidos pela escola trouxeram aos alunos público alvo da Educação Especial?

Sim, um avanço considerável.

10. Na sua opinião quais são os principais entraves dos serviços/apoios oferecidos pela escola aos alunos?

Falta de esclarecimento da família, gerando preconceito em relação aos trabalhos a serem realizados.